EXTRANUMERÁRIO — ATO DISCIPLINAR — PROCESSO ADMINISTRATIVO

— *A dispensa de extranumerário por motivo disciplinar deve ser precedida de processo administrativo.*

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 2.053-55

A Divisão de Pessoal do Ministério da Aeronáutica (D. P. Aer.) consulta este Departamento sobre a dispensa, sem processo administrativo, do Mecânico, referência 19, da T. N. E. M. da Base Aérea de Belém, Orlando de Almeida Coelho, por motivo disciplinar. Tal fato ocorreu posteriormente à aprovação do atual E. F., que manda aplicar aos extranumerários, no que couber, o respectivo regime jurídico, mas anteriormente à regulamentação do seu art. 252, item II, que dispôs sobre a aplicação àqueles servidores dos dispositivos estatutários relativos ao regime disciplinar.

2. A D. P. Aer., no caso, acha que “para regularizar a situação do requerente, é necessário instaurar o devido inquérito administrativo, embora não gozasse êle de estabilidade legal” (fls. 12). A Base Aérea de Belém esclarece que a dispensa se impôs por haver-se o peticionário “envolvido em negociatas, revendendo no comércio... gêneros alimentícios adquiridos no Reembolsável desta Unidade, sendo contumaz na prática de tais atos” (fls. 5).

3. Verifica-se do processo que a sindicância então realizada determinou a penalidade de suspensão por 30 dias, aplicada ao requerente, convertida em multa (fls. 8). Ademais, a portaria que o dispensou (com base no art. 10 do Decreto-lei número 5.175-43) tem por fundamento o seguinte (fls. 10): “por não convir ao serviço desta Base, visto haver transgredido o item IV do art. 195 da Lei n.º 1.711-52” (valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da função).

4. A lei orgânica que disciplina as relações dos extranumerários com a administração (Decreto-lei n.º 5.175, de 1943), na parte final do seu artigo 10 dizia textualmente: “independendo, porém, a dispensa, de inquérito administrativo”. Entretanto, esta cláusula foi superada pelo artigo 252 do Estatuto dos Funcionários, especialmente com o sentido contido na expressão “no que couber” que implicitamente estende àqueles servidores as normas concernentes às penalidades. Todavia, convém acentuar que esta evolução legal não retirou o caráter precário da

admissão dos extranumerários, exceto quando leis expressas e especiais asseguram a estabilidade.

5. Entretanto, segundo o princípio universal de que ninguém deve ser acusado sem oportunidade de defesa, tem-se reconhecido mesmo aos extranumerários não estáveis o benefício do art. 208 do E. F., isto é, o ato da demissão mencionará sempre a causa da penalidade. Conseqüentemente, se a dispensa ocorre por razões disciplinares, deverá ser fundamentada em processo regular no qual se apure a procedência ou improcedência da acusação.

6. No presente caso, o peticionário sofreu duas punições, pela mesma falta, em desacôrdo com o preceito penalístico *non bis in idem*; não lhe foi oferecido ensejo de defender-se por não ter sido instaurado processo administrativo regular para apurar acusação tão grave.

7. Não obstante, mesmo antes da vigência do atual E. F., a administração não dispensava extranumerário instável sem processo administrativo. A dispensa pura e simples, como se dava antes, *sem o caráter de penalidade* permanece em vigor: desde que a mesma

assume caráter *punitivo*, em quaisquer circunstâncias, deve ser precedida da apuração regular da falta cometida, isto é, mediante processo administrativo. (Parecer n.º 5.952-45, do DASP in *Diário Oficial* de 16-11, pág. 17.523).

8. Isto pôsto, pelos motivos invocados e, sobretudo, em face da regulamentação do art. 252, item II, do E. F., torna-se imprescindível a abertura do competente inquérito administrativo, a fim de se positivar a falta cometida pelo impetrante na conformidade do que informa a Base Aérea de Belém (fls. 5), o que realmente, justificaria a dispensa a bem do serviço público.

9. Caso positivo, a dispensa deve ser mantida e anulada a portaria de suspensão, baixada em virtude da mesma falta, caso negativo, a respectiva portaria de dispensa deve ser anulada, ressarcindo-se o servidor dos prejuízos sofridos.

10. Com êste parecer, poderá ser o processo restituído à D. P. Aer.

D. P., em 27 de abril de 1956. — Paulo Pope de Figueiredo, Diretor. — Aprovado. Em 8-6-56. — João Guilherme de Aragão, Diretor-Geral.